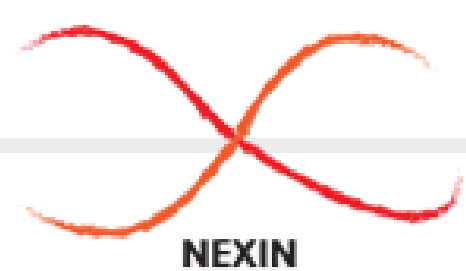


Expressões da Pandemia

Vol. 6



Realização Científica

O Boletim "Expressões da Pandemia" é uma atividade do Núcleo de Pesquisa Dialética Exclusão/Inclusão Social (NEXIN/PUC-SP/CNPq), liderado pela Profa. Dra. Bader B. Sawaia, em parceria com o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ambientes Amazônicos (NEPAM/UFAM/CNPq), liderado pelo Prof. Dr. Renan Albuquerque.

Organizadores

Bader B. Sawaia
Flávia R. Busarello
Juliana Berezoschi
Renan Albuquerque

Editoração e Identidade Gráfica

Juliana Berezoschi

Revisão Técnica

Renan Albuquerque

Os escritos são compilados por participantes, parceiros e apoiadores do NEXIN e do NEPAM.

Dados do NEXIN

O Núcleo de Pesquisa Dialética Exclusão/Inclusão Social (NEXIN) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) tem como líder a Profa. Dra. Bader B. Sawaia e atualmente está composto por discentes de mestrado, doutorado e pós-doutorado, bem como pesquisadores associados. O NEXIN é um espaço de reflexão e investigação psicossocial permanente, onde são desenvolvidos estudos sobre desigualdade social, com ênfase na servidão humana e na potência de ação emancipadora em diferentes contextos sociais e históricos brasileiros.

www4.pucsp.br/nexin/, facebook.com/nucleonexin, instagram@nucleonexin

Dados do NEPAM

O Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ambientes Amazônicos (NEPAM) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) tem como líder o Prof. Dr. Renan Albuquerque e atualmente está composto por discentes de graduação, mestrado e doutorado, além de pesquisadores associados. O NEPAM estuda dinâmicas e interações de povos amazônicos em seus diferentes modos de vida no bioma.

www.facebook.com/ufamnepam

APRESENTAÇÃO

A constelação do ódio na pandemia e o papel da indignação frente às questões ambientais

O boletim "Expressões da Pandemia" entra no sexto volume de divulgação de trabalhos. Agora estamos na "Fase 2" do maior surto epidemiológico dos últimos cem anos, segundo afirmativa da Organização Mundial da Saúde (OMS), que caracteriza o período vigente após a quarentena mundial decretada em março, em três quartos dos países do globo, incluindo-se o Brasil. Diferentes formas de adoção do isolamento social, segundo a aceitação das nações, possibilitaram o achatamento da curva epidemiológica na Ásia e Europa, promovendo queda substancial na taxa de contágio no novo coronavírus. Porém, no Brasil, a situação foi diferente. Saltamos do 11º lugar no ranking de casos para a vice-liderança. De acordo com o Imperial College/Reino Unido[1], em fim de fevereiro o número de reprodução (Rt) do SARS-coV-2 em São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Ceará e Amazonas atingia 3 e 4, e mantinha-se em 1 e 2 até este mês de junho - quando o necessário para a queda da pandemia é abaixo de 1.

E continuamos falando de afetos, entendendo que eles são os papéis decisivos tanto na formação da sociedade política como na dinâmica do poder. Spinoza, no "Tratado Político", afirma que o Estado deve por em marcha uma política passional com vistas a defender sua permanência e acrescentar seu poder.

Nessa perspectiva, inspirados no filósofo, que coloca a ética e o político nos afetos, vimos a cada boletim analisando a movimentação desses na pandemia para conhecer as entranhas da dominação e o remédio contra ela, ou a relação dinâmica entre resistência e dominação, ou ainda, como fala Bove, em seu livro "Espinosa e a Psicologia Social", "entre o processo de animalização e o de singularização/autonomização do humano".

[1] TOLEDO, Karina. <http://agencia.fapesp.br/epidemia-de-covid-19-avanca-de-forma-heterogenea-e-ainda-sem-controle-no-brasil/33264/>, em 28 de maio de 2020.

Fazendo uma síntese dos cinco boletins anteriores, ficou claro desde o início que o sofrimento gerado pela pandemia não se deve apenas à virulência da covid-19, mas, e principalmente, a comorbidades que acentuam sua gravidade: a extrema desigualdade social, os interesses econômicos acima das necessidades de saúde do povo e a ação do poder público que exponencia as anteriores.

O medo se manteve como o afeto central nesses dois meses e meio e sempre acompanhado, como já analisava Spinoza no séc. XVII, da esperança. De um lado, o medo, "uma tristeza surgida da incerteza do que ocorrerá no futuro", e de outro, a esperança, "uma alegria inconstante nascida de dúvidas de que algo ruim aconteça" (EIII Def. 12), que nos permite viver em angústia e nos motiva à obediência. E, continua analisando Spinoza, a esperança pode se transformar em segurança quando toda a dúvida presente no futuro é afastada, o que significa uma alegria atrelada à certeza de algo futuro. Porém, em nosso país, a esperança aos poucos foi enfraquecendo por força de incertezas na descoberta de medicações totalmente eficientes no combate ao vírus, da vacina, do crescimento da curva, e, principalmente, pelo agravamento das ações patogênicas do poder público, com atitudes negacionistas das autoridades, que transformam questões de saúde em ideologia, disputa política e oportunidade de fortalecer seu poder. Com isso, como dissemos, a esperança foi esmiuçando, a insegurança aumentando e se configurou uma constelação afetiva propícia ao sentimento de melancolia, à falta de ânimo, depressão, e até mesmo ao suicídio. Paralelamente, as propostas divulgadas pelas mídias e redes sociais de tratamento e cuidado dos afetos foram acompanhando essa mudança. No início, a discussão dominante sobre afetos versava acerca de como ser feliz e criativo na pandemia, para evitar o tédio, o estresse e a ansiedade; para dormir melhor, com várias indicações sobre como exercitar-se em casa, fazer pães, assistir lives, bem como a preocupação com a estética, os cabelos branqueando. Em seguida, o alvo do cuidado dos afetos se voltou à alimentação da esperança. Os meios de comunicação destacaram não só o aumento implacável de morte e contaminação, mas os casos de superação.

Os subtextos das mensagens são de que tudo vai passar e devemos nos manter, portanto, fortes. No entanto, ao sequenciarem os dias e meses, insegurança, ansiedade e melancolia começaram a substituir a esperança.

E mais, o medo, personagem principal, enfraquece perante a força do ódio, em uma demonstração clara do potencial das comorbidades geradas pela ação do poder público sobre a ação do vírus, e especificamente de sua política afetiva.

No momento, o afeto que mais se destaca para além do medo é o ódio. O texto de Carmem e Renan trata desse sentimento como parte de uma política de governabilidade, associada à intenção de promover a agnotocracia.

Na filosofia spinozista, o ódio é uma paixão triste que acompanha a ideia de uma causa exterior (EIII. Def. 7). Ele fixa nosso corpo e alma em um único objeto e única ação, concentrando toda a nossa atenção no que supostamente é alvo desse ódio.

Mas como este grande pensador da dimensão ético-política dos afetos nos ensina, um afeto, mesmo que cristalizado e dominante em nosso psiquismo, não reina sozinho. Ele está sempre acompanhado de outros sentimentos, ideias e ações.

O ódio se compõe com a ira, a indignação e a vingança. "A ira é o desejo que nos incita a fazer o mal, por ódio àquele que odiamos" (SPINOZA, EIII, Def. 36).

"Vingança é o desejo que nos incita a fazer o mal por ódio recíproco a quem, possuído do mesmo sentimento a nosso respeito, nos causou dano" (SPINOZA, EIII, Def. 37).

"A indignação é o ódio a alguém que fez o mal a outrem" (SPINOZA, EIII, Def. 20).

É uma palavra que contém em sua composição a ação junto com a cólera, que pode se alimentar da inveja ou da vingança. São ações reativas que só servem aos propósitos da política do ódio.

Nessa perspectiva, a sociabilidade instalada pelo ódio tende a aumentar a polarização social e o domínio do maniqueísmo, das opiniões falsas sobre si e os outros, que se espalham com facilidade, pois perde-se muito tempo, energia e atenção focando apenas no que julgamos serem motivos de nosso ódio. Uma sociabilidade que favorece, de um lado, à criação do soberbo, que no orgulho desmedido considera que tudo lhe é permitido, e de adutores, ressentidos e invejosos. Mas também cria os indignados, os irados e os vingativos. Assim, enredados nesses sentimentos, não agimos, apenas re-agimos, tanto os adutores e os soberbos quanto os indignados. Todos, porém, deveríamos focar em uma única causa, respeitando lições que o coronavírus revela como mais crueza, dentre elas a questão ambiental. Assim, deveríamos salvaguardar a natureza para reduzir o risco de futuras pandemias.

A ciência alerta que novas pandemias poderão ocorrer com frequência por conta da depredação imposta ao ambiente e pela ação da cobiça capitalista. A Revista Fapesp do mês de maio explica que doenças que emergem da relação entre animais e humanos matam no mundo cerca de 700 mil pessoas todos os anos, e o risco de surgirem novos surtos globais é grande. Estima-se que aves aquáticas e mamíferos sejam reservatórios para 1,7 milhão de vírus ainda não identificados, com potencial para infectar humanos. Ninguém tem ideia da quantidade de vírus potencialmente patogênicos existentes nas florestas brasileiras, que devido a devastação poderão surgir[2].

A Revista apresenta sugestão de cientistas ligados à Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES), com pessoas de diversas nacionalidades, para que seja adotada, em todos os níveis de tomada de decisão, a abordagem "One Health" (saúde única) como forma urgente de salvaguardar a natureza e, assim, reduzir o risco de futuras pandemias.

[2] COVID-19 Stimulus Measures Must Save Lives, Protect Livelihoods, and Safeguard Nature to Reduce the Risk of Future Pandemics (Medidas de estímulo econômico para minimizar efeitos da COVID-19 devem salvar vidas, proteger meios de 999), O texto é assinado por Peter Daszak (EcoHealth Alliance, Estados Unidos), Josef Settele (Helmholtz-Centre for Environmental Research, Alemanha), Sandra Díaz (Universidade Nacional de Córdoba, Argentina) e o brasileiro Eduardo Brondizio (Indiana University, Estados Unidos).

Essa perspectiva vai na contramão do Ministério do Meio Ambiente, que tem se esmerado, desde o ano passado, em liberalizar, pouco a pouco, o controle ambiental sobre unidades de conservação e terras indígenas. Agora, esse processo pode saltar para um novo patamar, ainda mais no contexto em que o ministro Ricardo Salles pretende aproveitar o foco atual, concentrado na pandemia, para fomentar a propagação da ignorância e "passar a boiada" nas regulações ambientais hoje existentes.

Quem pode nos salvar? Ouçamos os que intuitivamente sempre respeitaram os princípios da "One Health", as comunidades locais/tradicionais, que frequentemente pagam o preço dos surtos para doenças resultantes da depredação. Elas sempre souberam exercer essa medicina, mas são impedidas. O presente boletim mais uma vez traz esses ensinamentos pela voz de indígenas, ribeirinhos.

A poesia de Elisa Harumi, além dos textos de Eugenia Bridget, Jussara Inácio, Josias Sateré e Carmen Junqueira e Renan Albuquerque, sublinham questões socioambientais elencadas no atual momento do país e orientam o volume 6 do "Expressões da Pandemia". A indígena Tariano Jonilda Hawer, residente da capital do Amazonas, integra a seleta de informações da edição, juntamente com dois resumos de pesquisa, um da Universidade Presbiteriana Mackenzie e outro da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Esse conjunto de expressividades científicas, reunido no boletim, podemos afirmar, é emblemático também no momento atual do Nexin. Porque antes da peste nos atingir e mudar a vida de todos, exatamente para o fim de maio estava programado o III Encontro Nacional do Nexin, na PUC-SP, e autoras e autores aqui em destaque, neste volume, estariam presentes nas reuniões e congregações científicas do evento, para justamente alertar sobre os perigos da injustiça ambiental e buscar formas de resistência, o que acabou por se evidenciar como inevitável com o corona, lamentavelmente. Então, que seja pela data de lançamento ou ainda pelas pessoas que integram a coletânea, mas principalmente pela humanidade, vale a pena destacar a questão socioambiental na análise da pandemia.

Fechamos esse apresentação com uma pergunta: em se tratando das comunidades tradicionais, será que a história não está se repetindo, agora como tragédia?

Bader B. Sawaia
Profa. Titular da PUC-SP. Docente Permanente
do Programa de Estudos Pós-Graduados em
Psicologia Social. Líder do NEXIN.

Renan Albuquerque
Professor da Faculdade de Informação
e Comunicação da UFAM. Líder do NEPAM.

Distopia em alto mar

Oyá, oyá, lá no fundo se avista a embarcação
Há um passageiro desconhecido
Seu sobrenome é antítese da salvação
Do Novo Mundo

Velho Mundo adoeceu
Sua linguagem transfigurada em carrascos
Corpo desfigurou, caíram os cacos
Sua voz estremeceu

Cachimbo da paz apagou
Capitães do mato assolam a terra
Januário, cadê você? A terra avermelhou
- As portas do passado estão cerradas.

Iemanjá, vem nos visitar
Suas ondas são lágrimas salgadas, unidas pela dor
Chora, Iemanjá, aos seus pés suas filhas erguem-se
Hoje é dia dois de fevereiro, odojá Iemanjá!

Terras tens querereres
Onde queres Salvador, sou Salvadora
E onde queres Papa, sou Papisa
Onde queres estética, sou ética

Oyá, oyá, o ciclo recomeça
Há um passageiro escondido no convés
Seu sobrenome é antítese da utopia.

Elisa Harumi Musha
Trabalhadora brasileira com descendência okinawana,
herdeira de muitas das lutas de nossas(os) antepassadas(os).
Doutoranda em Psicologia Social pela PUC-SP e professora
universitária na Faculdades Integradas de Ciências
Humanas, Saúde e Educação de Guarulhos (FG) e na
Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Boiçucanga, 07 de maio de 2020.

O novo coronavírus e a velha injustiça ambiental

A pandemia instalada pelo vírus SARS-coV-2, ou novo coronavírus, traz muitos elementos para análise das formas de desenvolvimento de uma vida humana no século XXI. Uma avaliação possível é que a covid-19 esfacela ideias e movimentos hegemônicos impulsionadores do "capitalismo do desastre" (NAOMI KLEIN, 2000) e seu "processo de produção destrutiva" (MÉSZÁROS, 1989) que se desenvolve em larga escala promovendo injustiça socioambiental e ameaçando a vida planetária. Para além do poder de letalidade inerente ao vírus, o alcance de contaminação e o fator patogênico, a quantidade de óbitos revela a falência da pauta neoliberal que comporta: Estado mínimo, cuja consequência mais visível em tempos de pandemia se traduz na incapacidade de assistência à saúde e assistência social para todos; individualismo exacerbado impregnado nas relações com outros corpos e consigo mesmo, evidenciando dificuldade de produção social do cuidado e proteção de si mesmo; e consumismo irracional, pautado pela concorrência indiscriminada imposta pelas novas formas de acumulação do capital que espolia e destrói espaços concretos e simbólicos de vida. Tudo isso junto afunila os caminhos de expansão da existência para milhões de seres.

Cientistas apontam que a forma predatória como nos relacionamos com o planeta e com os outros modos de vida rompe as barreiras que separam os vírus animais e humanos, expondo-nos à condição de hospedeiros de formas até então desconhecidas e letais. Nessa perspectiva, afirmam que uma pandemia dessa proporção já era esperada. Do ponto de vista sócio-político, a extrema desigualdade, historicamente instalada nos países e regiões de capitalismo periférico, retiram direitos fundamentais e decretam a morte de milhões de pessoas que não podem pagar por leitos de Unidade de Terapia Intensiva, medicamentos, alimentos e cuidados. A sistemática destruição do tripé da seguridade social (previdência, assistência social e saúde), portanto, também é responsável pela amplitude do problema.

Há, portanto, um profundo abalo da cartilha da salvação neoliberal e universal do progresso, cujas marcas são o crescimento econômico sem limites, os sacrifícios que grande parte da população deve realizar para alcançá-lo (fim do Estado protetor e das políticas públicas redistributivas) e a recompensa final pelo acesso ao paraíso do consumismo desenfreado (FIRPO, 2020, p. 33).

Não é à toa que o maniqueísmo político insiste em polarizar o debate entre economia e saúde, retirando a centralidade ético-política de manutenção da vida da agenda mundial. Porém, a causa do problema não se encontra no aparente antagonismo entre economia e saúde, mas sim na formulação de um projeto de sociedade guiado pela lógica do lucro máximo, que submete pessoas e ecossistemas a sofrimento, destruição e morte.

Em outras palavras, "o impacto econômico, demográfico e na saúde da disseminação do vírus depende de fissuras e vulnerabilidades preexistentes no modelo econômico hegemônico" (HARVEY, 2020, p. 16).

Para Harvey (2007), a atual forma de exploração e acumulação do capital, a espoliação, opera os novos mecanismos de valorização de capitais, entre eles: i) a ênfase nos direitos de propriedade intelectual e a biopirataria em favor das grandes corporações; ii) a mercantilização das formas culturais e simbólicas de expressão humana, com a exploração da cultura, sobretudo das comunidades locais; iii) a mercantilização dos recursos ambientais globais, como a água, o ar e o subsolo; e iv) as privatizações das reservas naturais comuns.

A privatização leva à escassez e a mercantilização à exploração indiscriminada, e essa dinâmica não atinge a todos os países periféricos de forma igual. As populações rurais e os pobres são os mais afetados. Tais segmentos, invariavelmente, ficam expostos a efeitos da degradação ambiental e da falta de recursos necessários à existência, configurando o que denominamos de injustiça ambiental, que ocorre quando:

[...] grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território se enfrentam, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis — transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos — decorrentes do exercício das práticas de outros grupos. (ACSELRAD, 2010, p. 26).

A noção de justiça ambiental denuncia os efeitos nocivos desse modelo de produção e desenvolvimento e se coloca também como contraponto ao discurso e à prática ambientalista atolados na racionalidade técnica, que afastam de seu escopo análises sociopolíticas e econômicas indispensáveis à compreensão dos conflitos estabelecidos. Segundo Silva (2015, p. 54):

O discurso ambientalista, ainda quando formula a crítica ao produtivismo, não o apreende como lógica intrínseca ao modo capitalista de produzir. Ao separar capitalismo e produtivismo, deixa de agarrar as determinações da questão ambiental e promove o fetiche da possibilidade de edificação de uma sociedade de “capitalismo limpo”.

As saídas adotadas e a complacência/subserviência dos Estados ao mercado contribuem para a continuidade da depredação maciça do planeta, desproporcional ao engatinhar das políticas ambientais que, além de fragmentadas, não atingem o cerne do problema, qual seja, os próprios padrões capitalistas de produção e consumo em contradição com os sistemas e tempos de autorregulação da natureza e dos seres humanos.

Estima-se que, em todo o mundo, as condições socioambientais são responsáveis por quase 25% das mortes e doenças evitáveis. A falta de acesso à água potável mata 1,4 milhão de pessoas por ano, principalmente por diarreia e parasitoses. A poluição atmosférica provoca entre 6 e 7 milhões de mortes prematuras todos os anos, e aproximadamente 3,2 bilhões de pessoas, principalmente os povos dos campos, florestas e das águas, são afetados diretamente por atividades produtivas de grande porte, como agronegócio, mineração e barragens (ONU, 2019).

Embora inconcebível, a indagação que hoje baliza os argumentos do sistema para o enfrentamento da pandemia e que privilegia a produção/manutenção de riquezas para poucos é: o que pesa mais?, a fome ou a possibilidade de adoecer? Esse questionamento, infelizmente, é um continuum para boa parte da população mundial. A tenebrosa "escolha" entre a fome e a doença não é propriamente nova. Ela expressa, há séculos, simultaneamente e de forma contundente, a relação entre as formas de reprodução do capital, a gravidade da crise ambiental e a profunda desigualdade social a que estão submetidos.

Não estamos, portanto, diante de acontecimentos espontâneos ou imprevisíveis. Existem vulnerabilidades sistêmicas e estas persistirão para além da pandemia se não ocorrerem mudanças estruturais e estruturantes na forma como produzimos riquezas, convívio e como nos produzimos a nós mesmos.

Eugênia Bridget Gadelha Figueiredo
Psicóloga e doutora em Psicologia Social pela PUC-SP. Professora Adjunta da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFdPar).
Membro do Grupo de Pesquisa "Psicologia Sócio-Histórica e Contexto Brasileiro de Desigualdade Social" e do "Núcleo de Estudos sobre a Dialética Exclusão/Inclusão Social (NEXIN/PUC-SP). Atua em psicologia comunitária e saúde coletiva. Suas pesquisas tratam de desigualdade e intervenção psicossocial.

Parnaíba/Piauí, 27 de maio de 2020.

A perenal pandemia vivida pelo eu indígena: uma
(re)leitura, a partir de um olhar do continente,
sobre reais pan demos

Escrevo a convite da professora Bader Sawaia, líder do Núcleo de Pesquisa Dialética Exclusão/Inclusão (Nexin), que me provocou a pensar sobre as "Expressões da Pandemia" que enfrentamos, e consequentemente destacar a experiência do indígena que vive no contexto de cidade em tempos de espalhamento viral. A Abrama, fundada em maio de 2017, é uma associação de indígenas que vivem em contexto urbano e tem como objetivo garantir e defender os direitos dos povos tradicionais, visando o bem viver e o bem-estar social, político, econômico e cultural dos originários da região do Vale do Itajaí/SC.

A pandemia descrita nos dicionários diz ser uma palavra que deriva do grego παν [pan = tudo/ todo(s)] + δῆμος [demos = povo], ou seja, é uma epidemia (doença) que atinge a todos os povos. Mas, nestas páginas, vamos conversar sobre a pandemia vivida pelos povos indígenas. Sim, são muitos os povos indígenas que vivem no Brasil. Antes da invasão dos portugueses no ano de 1500, segundo informações da Funai[1], a população indígena era de aproximadamente 3.000.000 habitantes que se dividiam entre 1.000 povos diferentes. Atualmente, segundo dados do censo do IBGE/2010, somos 817.963 mil indígenas, representando 305 diferentes etnias, com 274 línguas.

Olhando para os números que me são dados, faço a seguinte reflexão: quem dizimou mais da metade do meu povo? Será que foi uma pandemia? Que cor tem essa pandemia? O que ela prega? Ela se alimenta do que? O que sustenta essa pandemia? Como ela conseguiu matar tanta gente? Por que ainda não conseguimos uma vacina, nestes 520 anos, que acabe com a pandemia que está matando os povos indígenas? "A perenal pandemia vivida pelo eu indígena: uma (re)leitura, a partir de um olhar do continente, sobre reais pan demos" é a história contada sob o olhar do indígena em relação aos estigmas impressos na sua pele, alma e espírito, todos deixados pela crise histórica.

[1] FUNAI é a Fundação Nacional do Índio, fundada em 1967, órgão oficial do governo que atua na proteção dos povos indígenas.

No dia 22 de abril de 1500 o mar trouxe uma pandemia que chamamos de homem branco. Sujo, faminto, doente, fedendo e com sede. Estas eram as características palpáveis da doença que aportou em nosso litoral. Mas a sua essência só nos foi apresentada depois. E não possuíamos imunidade para combater essa pandemia, o que ocasionou a morte de muitos parentes[2]. No primeiro momento, ou no primeiro contato com a pandemia, alimentamos, saramos as feridas e demos o que beber. Acreditamos que, cuidando daquele corpo estranho que chegou para nós, logo este também seria nosso parente e naturalmente compartilharíamos a terra, nosso alimento, nossos costumes. Porém, o que proporcionamos com os cuidados aos que chegaram foi força ao corpo que potencializou reproduzir aquilo que sua essência gritava. Foi quando nos apresentaram o porquê de estarem aqui.

A pandemia violentou nossos corpos de todas as formas. "O primeiro mestiço nascido nesta terra, o primeiro brasileiro, pode ter sido fruto do estupro de uma índia por um português". Feriram com golpe de facão e também com bala e pólvora nossos homens. A pandemia andava "pelas matas à caça de índios e índias, estas para o exercício das suas torpezas e aqueles para o granjeio de seus interesses". A pandemia catequizou nossa religiosidade, matou nossa crença, mas salvou[3] nossas almas. A pandemia roubou nossa terra, nos confinou num espaço demarcado, nos domesticou, dominou, mas não nos silenciou.

O papel da história é importante na vida dos sujeitos, pois a partir da história podemos compreender fatos, acontecimentos e até mesmo questões para um futuro. São 520 anos de resistência a uma pandemia perene. Sobrevivemos em todos os espaços do território nacional. Estamos presentes nas aldeias demarcadas, nas terras não demarcadas, mas tradicionalmente ocupadas, nas zonas rurais, nos centros urbanos, nas capitais e metrópoles.

2] O termo "parente" é utilizado pelo indígena ao se referenciar a outro indígena da sua ou de outra etnia.

[3] O termo "salvou" é utilizado no texto, de forma irônica pelo autor, para expressar o falso salvacionismo na justificativa da catequização, pelo não indígena, do indígena no salvamento de sua alma.

Quando estamos fora dos territórios tradicionais, nossa identidade é resguardada por nossa essência. Apesar de termos vínculo comunitário, não atrelamos a identidade ao território demarcado. Somos indígenas, independente de onde habitamos. Mesmo porque a nossa essência nos afirma que o Brasil sempre foi a nossa aldeia. Apesar de que o Estado, o governo e muitos brasileiros negam a identidade do indígena, se este não estiver confinado ao território. E para além de negar a identidade ao indígena, também negam os direitos e garantias constitucionais.

Percebemos que nesses 520 anos morando em nossa casa o homem branco não aprendeu nada com a gente. Ele não se deu conta ainda o que é a natureza, como acontece o ciclo da vida e que somos parte deste ciclo. E, mais importante, para que tudo aconteça de forma equilibrada a natureza deve estar em harmonia. Atualmente estamos em total desequilíbrio natural, o que leva a humanidade à histeria, tentando imaginar causas para o desequilíbrio, justificar fatos e inventar curas. A natureza é tão pura em sua essência, tão perfeita em sua existência e tão certa em suas entregas. O exemplo disso, assim como de um pé de açaí não se extrai um aipim, é que um vírus que dizima uma raça é reflexo daquilo que a humanidade vem plantando. É a nossa vez de dizer a vocês: isolem-se, confinem-se, mantenham-se em seus territórios demarcados se quiserem sobreviver a tudo isso. E lembrem-se, água e milho não brotam de concreto!

Afunilando, bruscamente, essa conversa para a região do Vale do Itajaí e mais especificamente sobre os indígenas que vivem nestas cidades, mas fora da aldeia, posso afirmar que no Vale do Itajaí, assim como em todos os cantos do Brasil, a pandemia também foi cruel. Essa região do Estado de Santa Catarina passou a ser ocupada a partir de 1850 por uma pandemia germânica, que a história chama de colonizadores europeus. É claro que o discurso histórico das cidades da região narra que o colonizador chega para civilizar e fazer surgir da natureza selvagem um novo mundo para além dos mares[4].

[4] CUNHA, M. C. da., Introdução a uma História Indígena

Na verdade, a partir do olhar do continente, a pandemia chega para subtrair a dignidade do originário da terra. A história conta sobre os obstáculos que os colonizadores enfrentaram para se firmar. Narra as lutas diárias que homens e mulheres enfrentaram durante o início da colonização e povoamento desta região. Como, por exemplo, os assaltos acometidos pelos bugres[5], os ataques e as enchentes. A história constrói na memória dos colonizadores que estes, mais que vítimas de um processo, são também protagonistas da ordem e do progresso.

Ser indígena em uma cidade como Blumenau/SC, por exemplo, que é uma referência no Vale, onde tudo nos é negado, em tempos de pandemia não desconfigura em nada o que vivemos no dia a dia, fora de uma pandemia neste território. Território originariamente habitado pelo povo Xokleng/Laklãnõ, Blumenau, com uma população um pouco maior que 300 mil habitantes (dados do IBGE), nega a presença do indígena na cidade. Sendo assim, onde não há sujeito também não há a necessidade de políticas de ações afirmativas.

De acordo com o Sistema Único de Saúde (SUS), é dever do Estado garantir o acesso à saúde integral para a população indígena, o que por sua vez não se aplica na prática no caso de Blumenau, que invisibiliza a população indígena do rol de pessoas vulneráveis e aptas ao recebimento da vacina da gripe, negando a imunização e atrelando a identidade ao território demarcado. Assim como as questões de saúde, na educação não é diferente quando a Universidade Regional de Blumenau (FURB) outorga política de acesso para indígenas que moram somente em aldeias, o que mais uma vez invisibiliza os habitantes das cidades, reforça a vinculação da identidade ao território demarcado e marginaliza o indígena do município. Deste modo, a cidade de Blumenau, hegemonicamente constituída de homens brancos, exime-se de qualquer responsabilidade social e histórica ante os Xokleng/Laklãnõ, e torna-se o exemplo fiel da pandemia.

[5] O termo "bugre" é um termo pejorativo utilizado pelos europeus ao se referenciar ao indígena. No texto em questão, a autora utiliza este termo em tom de ironia.

Para muito além de uma pandemia viral, no sentido fiel do que nos diz o dicionário, vivemos uma pandemia moral. Esta sim vem dizimando a humanidade. A destruição do solo e das nascentes, a escravização de povos e nações e o descarte desenfreado de materiais desnecessários, que contribuem para o desequilíbrio do ecossistema, são um mal que nos acomete. A pandemia no mundo nasce com o poder de uns sobre outros, e os únicos a se infectarem por este vírus são as próprias pessoas que, mesmo viventes em uma própria humanidade, alimentam diariamente a insegurança.

Jussara Inácio

Indígena Xokleng/Laklãnõ. Presidente da Associação "O Brasil é Minha Aldeia (Abrama)". Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional de Blumenau (FURB). Membro do Grupo de Pesquisa Filosofia e Educação. Graduada em Direito pela Universidade Regional de Blumenau FURB.

Blumenau, 03 de junho de 2020.

Indígenas Sateré-Mawé, os invisíveis moradores da capital mundial do folclore

Será que nós já tentamos imaginar as distintas realidades vividas por diversas sociedades globais e brasileiras nesses tempos de pandemia? São situações que foram provocadas, induzidas e impostas às pessoas pelo novo coronavírus. Sim. Sabemos. Mas, em algum momento do dia, isolados em casa, quem de nós chegou a pensar sobre os diferentes desafios, em seus diversos recantos do mundo e do nosso país, que cada pessoa está enfrentando para se proteger da covid-19?

Algumas realidades se destacam e me preocupam mais, devo dizer. Outras não. Por exemplo, os corpos valorizados pelo mercado, os que contribuem para endossar o capital e os que têm certa prioridade de acesso a tecnologias e saúde, estes não me preocupam tanto. Fico mesmo querendo saber é o que faz para se proteger contra o SARS-coV-2 a população pobre, da periferia, que sempre foi invisível.

Eu sei que os pobres são sacrificados porque o Estado, que deveria assisti-los, vende-se ao mercado e não consegue se posicionar de forma enérgica. Seria difícil saber ao certo as diferentes angústias que a pobreza gera e mais complicado ainda seria descrever essas realidades críticas, haja vista que são inúmeras. Cada contexto regional do Brasil carrega consigo diferentes experiências. Logo, a recomendação desse período é ficar em casa. O significado de tal expressão impacta a vida das populações de forma positiva ou negativa. Os fatores a ela relacionados dependem do lugar e de onde se vive no mundo e em nosso país. A verdade é que cada pessoa tem uma história a contar, um conhecimento a partilhar, um motivo para continuar e reinventar suas estratégias e propósitos de enfrentamento à pandemia.

Em quarentena, aqui pelo Baixo Amazonas, Amazônia Central, de onde eu escrevo, apenas funcionam os serviços essenciais, como bancos, supermercados, farmácias, posto de gasolina etc.

A população em geral e o meu povo também têm sido orientados a ficar em casa, principalmente as pessoas enquadradas em situação de risco: com doenças crônicas, diabetes, hipertensão, cardiopatias etc. Na cidade de Parintins/Amazonas, que fica do lado da terra indígena dos meus parentes Sateré-Mawé, as pessoas até que evitam a aglomeração e a propagação rápida do vírus. Sabemos, todos, que é uma medida protetiva para a maioria, porque impede o colapso do sistema de saúde da região.

A partir dessa reflexão inicial, de conjuntura, trago a vocês, particularmente, a saga de um personagem, Douglas Sateré. Ele é artista, oriundo da TI Andirá-Marau, e faz parte de uma das 13 famílias que moram na Casa de Trânsito de Parintins/AM, conhecida como "Casa do Índio". Douglas compartilha seu ateliê nessa mesma casa, onde até chegava a fazer exposições de arte e artesanato antes da peste. Mas a "Casa do Índio" foi fechada devido à pandemia. E hoje a realidade desse personagem se confunde com a de tantos outros indivíduos, coletivos e familiares pobres que são nossos parentes Sateré-Mawé. São meus irmãos e minhas irmãs que estão invisibilizados pela sociedade. Trago o depoimento de Douglas.

Sou Douglas Sateré. Moro na cidade de Parintins há sete anos e, há três anos, coordeno a Casa de Trânsito ("Casa do Índio"). A gente se sente sem saída agora. Antes da pandemia, vendíamos nossos artesanatos aqui na Casa de Trânsito. Depois que passamos a fechar nosso ponto de venda, ficou difícil. Estamos sem vender nada e sem dinheiro. Agora é esperar pela boa vontade das pessoas de bom coração para nos ajudar. Parou tudo, afetou tudo. Tenho bastante encomenda, mas não posso fazer nada, está tudo parado. Liguei para meus clientes e a resposta foi "depois da pandemia voltaremos a negociar novamente". Agora tenho peças prontas de artesanato e não posso vender. Se eu não vender, não posso receber. Sem dinheiro, fica difícil comprar alimento para sustentar minha família. Semana passada, comunicaram para fazermos um cadastro na Funai. Já fizemos e agora estamos esperando. Até o momento, nada. Estamos aguardando a chegada das cestas básicas. A Sesai está aqui perto de nós.

Compartilhamos o mesmo muro, mas quase eles não vêm aqui. Agora, recente, trouxeram algumas cestas básicas e EPIs. Eles devem vir mais aqui, para palestrar e ajudar a orientar as famílias. Precisamos de informações sobre a proteção contra o vírus. A gente sempre ouve da coordenação da Sesai que os indígenas da cidade não são responsabilidade deles. Porém, temos uma visão diferente. Há muitas famílias aqui na Casa de Trânsito que não vieram para morar. São passageiras e apenas vêm ver como estão seus filhos que estudam na cidade. Agora, de uma hora para outra, com a pandemia, foi proibido o retorno para a TI Andirá-Marau. Muitas famílias não puderam mais voltar. Estão aqui não porque querem, mas foram impossibilitadas de viajar.

Têm famílias que estão no censo de suas comunidades. Entendo que temos o nosso direito ao atendimento, seja na aldeia ou na cidade. Mesmo assim, a Sesai diz que não são de sua responsabilidade os indígenas da cidade. Só que a doença não escolhe lugar, hora e nem momento. A gente pode adoecer em qualquer lugar, na aldeia ou na cidade. Precisamos de um olhar humano das entidades governamentais. De ação, informação, apoio e ajuda, agora e depois da pandemia. O Estado precisa fazer seu papel de autoridade e falar com o povo. O governo municipal pensa que nós estamos doentes, porque ninguém aparece para nos orientar ou pelos menos perguntar se estamos vivos. Eles passam aqui na rua todos os dias, na frente da Casa de Trânsito, e fingem que a gente nem existe (Entrevista com Douglas Sateré, 49, em 07/05/2020).

São inúmeros os desafios que o povo Sateré-Mawé vivencia na cidade. Todos semelhantes à experiência de vida do senhor Douglas. A face do problema, revelada em termos amplos em tempos de pandemia, eu diria, na função "lente de aumento", mostra escancaradamente problemas que nos assolam há anos. Boaventura enfatiza que a pandemia visibiliza e acentua a omissão do Estado e a violação dos direitos dos povos originários da Amazônia. Esses fatos narrados confirmam o abandono dos indígenas que moram na cidade, que são invisíveis e hoje, mais do que nunca, precisam criar estratégias para sobreviver.

Nesse contexto, para nós indígenas não existe fronteira, porque nas cidades ou nas aldeias continuamos indígenas. Não existe justificativa plausível que nos exclua do exercício dos direitos de cidadania. O povo Sateré-Mawé está localizado entre os limites jurídicos das cidades de Parintins/AM, Barreirinha/AM e Maués/AM. Nenhum dos seus 12 mil membros étnicos não perdem sua cultura ou identidade se estiverem em um ou outro lugar. Isso não faz sentido.

Portanto, não nos incluir nos planos emergenciais implica em negar nossos direitos enquanto cidadãos, sobretudo porque precisamos usufruir dos benefícios coletivos de forma democrática. Estamos sendo esquecidos pelos poderes públicos do município de Parintins/AM. Assim, se a Lei Orgânica do Município, que é responsável por normatizar atos e prioridades, não contemplar os indígenas em contexto urbano, isso representa uma negação dos direitos.

A situação se agrava quando representantes jurídicos, bem como associações indígenas, não conseguem organizar um plano de ação para ajudar a nós, famílias Sateré-Mawé, mesmo em uma crise sanitária. A pandemia mostra seus problemas e torna clara a incapacidade de mobilização para sanar demandas e necessidades do coletivo. As associações indígenas Sateré-Mawé, todas, que deveriam nos defender, não conseguem fazer a contento o que tem sido proposto. A política que o Estado traçam para nós, nesse caso, deve ser repensada porque na hora que mais precisamos não temos apoio.

Ficamos presos nos labirintos do sistema capitalista. Ficamos paralisados em busca de alternativas. Deste modo, desconstruir o discurso de que indígena é apenas quem mora nas aldeias é um encaminhamento. Moradores indígenas das cidades não podem ser discriminados, considerados não indígenas. Não existe essa diferença. Ambos têm prioridades no atendimento das instituições indigenistas. Logo, é necessário questionar a velha ideia de que um indígena da cidade é menos importante que um indígena da aldeia.

Existe uma relação paradoxal instalada entre os moradores não indígenas da cidade de Parintins/AM e o povo Sateré-Mawé, porque nós, os invisíveis, povos originários, no tempo do festival folclórico do boi-bumbá, temos nossa cultura exaltada. Nossos saberes e fazeres são considerados singulares nos três dias de junho, durante o festival. Porém, no restante do ano, a marginalização persiste. A realidade retorna e emergem novamente preconceitos, discriminações e estereótipos a respeito dos nossos modos de vida.

Douglas Sateré, como chefe de família indígena, representa exatamente a dimensão dos desafios a que nos submetemos nos centros urbanos. Ele cristaliza em si a experiência de milhares de brasileiros que vivem na pobreza, sem assistência social. São, em geral, invisíveis largados à própria sorte, obrigados a suportar violações de direitos, envolvidos em uma situação grave e crítica, imposta às periferias. Na lista estão desempregados e desassistidos de toda ordem, obrigados a se expor ao vírus porque precisam sair cotidianamente para vender mercadorias e comprar alimento.

A quarentena, por adequada e preventiva que seja - e em verdade é a tática mais eficaz contra o vírus -, crava um punhal no peito dos mais vulneráveis, que vivem o dilema da proteção à saúde em face à necessidade de manutenção da vida. Um dilema, em suma, fictício, alimentado pelo Estado porque este se nega a dialogar e formar uma frente estratégica e multidirecionada de resiliência contra o novo coronavírus em regiões de grande trânsito indígena na Amazônia. O atual governo tem sido um dos mais inoperantes em termos de sustentabilidade e respeito a minorias desde 1964, na ditadura militar.

A atitude do senhor Douglas de sair da aldeia, se deslocar para a cidade e trabalhar no seu sustento, buscando pleno reconhecimento e cidadania, é também uma atitude de afirmação para a sua identidade étnica. Uma afirmação necessária, ainda hoje, aos Sateré-Mawé em contexto urbano, moradores do centro, dos bairros e das periferias da cidade de Parintins/AM.

Ademais, esta é uma realidade não apenas dos Sateré-Mawé/AM, mas de muitos povos indígenas do Brasil, que vivem tempos difíceis, sombrios e tristes, sendo potenciais alvos da criminalidade e agora do novo coronavírus.

Josias Sateré (membro do clã sateré/ut)
Graduado em Biologia e Pedagogia pela Universidade do Estado do Amazonas. Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Ufam. Professor da Escola Indígena de Ponta Alegre do Rio Andirá, na Terra Indígena Andirá-Marau/AM. Guerreiro Sateré-Mawé pela linhagem dos lagarta (sateré/ut).

Comunidade Ponta Alegre, Rio Andirá,
TI Andirá-Marau/AM, 24 de maio de 2020.

A política de produção de ignorância de Bolsonaro é o maior vetor da covid-19

De 1º de janeiro de 2019 a 21 de maio de 2020, portanto em 506 dias como presidente, Bolsonaro deu 1.064 declarações falsas ou distorcidas[1]. Em meio à pandemia, o montante aumentou. Em março, abril e maio deste ano foram 135, 139 e 128 registros, respectivamente, sem contar a reunião ministerial divulgada dia 22 de maio, um show de horrores a parte. Nos últimos 90 dias, a alta nas falas falseadas fez da gestão atual um autêntico governo de produção de ignorância (agnotocracia). Mentiras são usadas para desqualificar adversários, atacar imprensa e enaltecer ações federais. As falas de Bolsonaro ainda influenciaram negativamente na taxa de isolamento em municípios onde ele foi mais votado e onde houve mais votos nulos, nas eleições de 2018[2].

Informações falsas foram popularizadas atualmente como "fakenews". Mas no caso de Bolsonaro trata-se de ação co-ocorrente. Com ele, vemos uma política de produção de ignorância que usa desinformação, contra-informação e criação de rumores (boatos) para achincalhar desafetos e alimentar a cultura da violência entre seguidores fieis, que replicam suas ideias em redes virtuais e na vida real. Além do presidente, também incentivam a agnotocracia o chanceler Ernesto Araújo, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, a ministra dos Direitos Humanos, Damara Alves, o ministro da Economia, Paulo Guedes, os ex-secretários nacionais da Cultura, Roberto Alvim e Regina Duarte, o presidente da Fundação Cultural Palmares, Sérgio Camargo, o presidente da Funarte, Dante Mantovani, o chefe da secretaria de Comunicação, Fabio Wajngarten, e o presidente do maior banco público de empréstimos para a classe pobre do país, a Caixa Econômica, Pedro Guimarães.

Parece claro o aparelhamento do Estado em função da mentira institucionalizada.

[1] www.aosfatos.org/todas-as-declara%C3%A7%C3%B5es-de-bolsonaro/. 25/05/2020.

[2] papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3582908. 26/05/2020

O aparelhamento conta com uma central, o chamado "gabinete do ódio", que é um escritório de produção de ignorância. O "gabinete do ódio" é reconhecido como atuante e verídico inclusive por ex-aliadas próximas de Bolsonaro, como a antiga líder do governo na Câmara, Joice Hasselmann. Segundo ela, nele se usam robôs como agentes de desinformação, contra-informação e rumor. "Eles escolhem uma pessoa e ela é massacrada [...] Dos 5,4 milhões de seguidores da conta do presidente Jair Bolsonaro no Twitter, mais de 1,4 milhão seriam robôs", revelou Joice, segundo a Agência Câmara de Notícias[3].

Ancorada à conjuntura, nota-se uma imprensa leniente, para dizer o mínimo, concentrada nas mãos do baronato. SBT e Record são conglomerados de comunicação que impedem abertamente, há um ano e meio, qualquer matéria jornalística que noticie a crise bolsonarista; Globo e Bandeirantes, só em abril desde ano começaram a despertar de um sono de silenciamento conveniente, após não terem condições de sustentar apoio ao presidente. Somemos a isso o fundamentalismo religioso, os "isentões" da política, a sanha empresarial ultraliberalista e o negacionismo científico. Pronto, temos um terreno fértil para fazer vicejar a agnotocracia em pleno surto da pandemia mais avassaladora desde a Gripe Espanhola.

Não a toa o Brasil hoje é o segundo país do mundo com mais casos de infecção. Junto com Índia, o Brasil é a nação que menos faz testes para detecção da covid-19 no planeta. A estratégia biopolítica do governo, dentro do âmbito do falseamento sistemático de verdades e fatos, promove a obtusidade e exclui de ações de enfrentamento ao vírus pessoas e territorialidades marginalizadas e invisibilizadas. Parafraseando Fanon, o Estado brasileiro [junto com o mercado] tem feito desaparecer de uma só vez todos os condenados da terra. Estes mesmos que, antes da peste avassaladora da covid-19, já viviam um massacre real, crônico, físico, forçado e legitimado por inúmeros simbolismos constantes no desenho político da própria história colonialista do Brasil.

[3] www.camara.leg.br/noticias/622252-joice-hasselmann-denuncia-milicia-e-gabinete-de-odio-na-disseminacao-de-fake-news/. 26/05/2020.

O Instituto Ipsos mostra que, entre os 15 países mais afetados pelo coronavírus no mundo, o Brasil é o segundo com maior descrença nos efeitos positivos do isolamento social[4]. Com a política de produção de ignorância, a taxa de prevalência da doença em São Paulo, epicentro brasileiro, é de 5%. Na Amazônia, o bioma mais afetado do mundo, a taxa varia de 9% a 12,5%, sendo que os casos têm dobrado entre 17 e 21 dias[5]. Madri, Paris e a região da Lombardia, na Itália, tiveram taxas de 11% somente no ápice da crise, mas conseguiram em seguida fazer um forte trabalho de informação científica sobre a doença, o que ajudou na estabilização da curva de infecção e hoje registram queda[6].

No Brasil, o problema das subnotificações é enorme. A taxa de testagem no país é de 1,9 teste para cada mil habitantes, contabilizando-se também testes não específicos para covid-19, ou seja, os que abrangem vírus respiratórios em geral. Enquanto isso, na Itália são feitos 50,3 testes a cada mil habitantes e nos EUA 37,4[7]. Se não existisse o Sistema Único de Saúde (SUS), a situação de barbárie estaria instalada, porque a internação para SARS-coV-2 tem custos que vão de R\$ 50 mil a R\$ 100 mil em casos gravíssimos[8]. Com o SUS, o Estado paga o valor.

Sem o SUS, estaríamos em uma tempestade sanitária e financeira muito pior do que já nos encontramos, em termos de promoção de saúde e renda em meio à peste. Nos EUA, por exemplo, um teste de detecção simples para covid-19 varia de US\$ 3 mil a US\$ 7 mil. Uma internação por seis dias em unidade de tratamento intensivo parte de US\$ 12 mil (pelo HealthCare, espécie de SUS dos EUA, mas público-privado), passa por US\$ 35 mil (para quem tem plano de saúde privado) e atinge US\$ 75 mil (para quem não se enquadra no HealthCare e não tem plano de saúde).

[4] www.ipsos.com/pt-br/54-dos-brasileiros-acreditam-que-isolamento-social-nao-impe-dira-disseminacao-do-coronavirus. 25 de maio de 2020.

[5] www.youtube.com/watch?v=OLHQfqdYRUw. 25 de maio de 2020.

[6] Bhatia S et al. 2020. Short-term forecasts of COVID-19 deaths in multiple countries. Imperial College London. 10 de maio de 2020.

[7] www.imperial.ac.uk/mrc-global-infectious-disease-analysis/covid-19/report-21-brazil/. 25 de maio de 2020.

[8] <https://www.businessinsider.com/coronavirus-covid-19-treatment-testing-costs-2020-3>. 25 de maio de 2020.

Na Amazônia, 70% dos hospitais de todos os municípios do interior do bioma tropical, onde são atendidas cotidianamente 10 milhões de pessoas, incluindo cerca de 265 mil indígenas de mais de 70 etnias, possuem menos de 65 leitos hospitalares disponíveis, não dispõem de leitos de UTI e nem de pessoal especializado fixo para tratamento de alta complexidade[9]. Sobre o assunto, em 16 de abril foi publicado manifesto na Revista Science com a seguinte provocação: "[...] o Brasil tem uma enorme responsabilidade de impedir que povos indígenas sejam contaminados pela covid-19. Além disso, é preciso proteger a população em geral [da Amazônia] por meio do isolamento social. Com o estímulo à invasão de terras por garimpeiros e grileiros, o movimento do governo e seus apoiadores vai na direção contrária. Se acontecer um genocídio dos povos indígenas da Amazônia, vai demorar décadas para o Brasil ser respeitado de novo"[10].

Uma semana após essa carta-protesto ser divulgada no respeitado periódico, o governo brasileiro se dignou a responder à comunidade científica, porém de modo contraditório, como de praxe, criando o "Conselho da Amazônia" para fazer frente à demanda de assistência sócio-sanitária no bioma. Com intenção de "coordenar e acompanhar a implementação de políticas públicas relacionadas à Amazônia Legal", incluindo o combate ao novo coronavírus, decretou-se a implantação do Conselho. Formado às pressas, sem participação de universidades, centros de pesquisa, Ibama, Incra, Funai ou ONGs técnico-especializadas, o Conselho tem 15 coronéis, sendo 12 ligados ao Exército e três à Aeronáutica, além de um general, dois maiores-brigadeiros e um brigadeiro. O vice-presidente da República, Hamilton Mourão, general da reserva, coordena a juntada de militares que desdenhou de professores, cientistas (de humanas, biológicas, agrárias e da saúde, sobretudo), técnicos socioambientais, agroflorestais e associações sociais e trabalhistas de classe.

[9] Phillips, T. & F. Maisonnave. 2020. 'Utter disaster': Manaus fills mass graves as Covid-19 hits the Amazon. The Guardian, 30 de abril de 2020.

[10] Ferrante, L. & P.M. Fearnside. 2020. Protect Brazil's Indigenous peoples from COVID-19. Science 368: 251. <https://doi.org/10.1126/science.abc0073>. Ferrante, L. & P.M. Fearnside. 2020. Proteger os povos indígenas do COVID-19. Amazônia Real. 25 de maio de 2020.

O "Conselho da Amazônia", em suma, não quis a sociedade civil no planejamento e aplicação de estratégias para pensar a sustentabilidade do maior bioma tropical de floresta do mundo. O modo de criação do "Conselho da Amazônia", também instituído para operacionalizar ações de mitigação contra o SARS-coV-2, foi criticado ainda por Ministério Público Federal, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), Cimi, CPT, Coordenadoria das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (Coica) e Frente Parlamentar Mista de Brasília. Sem se importar com isso, o Conselho manteve a estrutura militarista de composição e não acenou para qualquer abertura democrática. Nem mesmo quando a organização Médicos Sem Fronteiras (MSF) começou a atuar na região, dia 25 de abril, e comunicou que se iniciava um cenário de crise humanitária na Amazônia, a juntada de militares quis abrir diálogo.

Logo depois disso, na primeira semana de maio, a Harvard School of Public Health, chefiada pela cientista brasileira Marcia Castro, docente da Harvard University Center for the Environment, e a Rede Eclesial Pan-Amazônica, que reúne lideranças cristãs de toda a América Latina, quase ao mesmo tempo denunciaram que a Amazônia tinha entrado definitivamente em uma crise humanitária. Mesmo assim, novamente, o "Conselho da Amazônia" deu de ombros e agiu sozinho, editando sem consulta, em 21 de maio, no Diário Oficial da União, a Portaria 265, que previu por poucos dias ação do Ministério da Justiça e da Força Nacional de Segurança Pública para a região.

Afirmando ter seus próprios tempos e planos de ações socioambientais à Floresta Amazônica, na Portaria 265 o Conselho destacou como prioridades "atividades e serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio", sem detalhar como e em quais circunstâncias o trabalho seria realizado. Ao fazer isso, a nosso ver, o Conselho ignorou o colapso funcional da rede amazônica de serviços assistenciais e a implosão da infraestrutura de atendimento a povos nativos do bioma, além dos vizinhos Bolívia, Colômbia, Venezuela, Equador e Peru.

Esse pareceu mais um gravíssimo ato de desconfiança e desrespeito do governo Bolsonaro em relação a instituições públicas, privadas, de classe e do terceiro setor, em seus diversos segmentos. Desconfiança e desrespeito, aliás, que têm sido consolidados em números desde a crise humanitária ter se instalado na Amazônia.

A saber, o Estado do Amazonas precisa hoje de 4 mil leitos clínicos e outros 1 mil leitos de UTI para dar conta do avanço do SARS-coV-2 no Estado. Temos 1.138 (clínicos) e 339 (de UTI), além de 79 Salas Vermelhas[11]. A população amazonense é de 4,1 milhões de pessoas. Até dia 04 de maio, perto de 45 mil testes específicos de detecção para o novo coronavírus tinham sido realizados no Estado, praticamente o mesmo número de infectados confirmados, o que denota uma insuficiência de testagem para prever cenários futuros. O aceitável seria que fossem feitos testes em massa e com rapidez, o que não foi o caso estadual e nem regional, para depois se pensar em discutir uma reabertura gradual, tendo em vista a contenção da disseminação a partir de uma política rígida de monitoramento de casos.

São alguns dados sintomáticos das formas de sustentação do governo federal, que toma decisões de combate ao vírus sem base científica. Os números são prova do quanto a política de produção de ignorância do presidente tem feito mal ao Brasil e em especial à Amazônia. Um governo legítimo precisa de multilateralidade de argumento, planejamento, conhecimento e expertise, pilares que faltam a Bolsonaro e seu séquito ministerial. São preocupações manifestas que não apenas tornam clara a mais forte base de sustentação do surto epidemiológico do SARS-cov-2 na região norte, a questão ideológica. Por fim, perguntemo-nos: quais reflexões podem ser elencadas a partir da trágica experiência do Estado, com apoio do mercado, que pressiona ainda hoje para a reabertura do comércio nortista nas urbes, quanto à crise humanitária na Amazônia?

[9] A Sala Vermelha é destinada a pacientes que necessitam de cuidados e vigilância intensivos. Em geral, pessoas que aguardam a definição de um diagnóstico, uma cirurgia de emergência ou transferência para a Unidade de Terapia Intensiva (UTI).

Pelo menos duas respostas são prováveis de serem interpretadas acerca da problemática, sobretudo no que tange à compreensão do papel que o Estado federativo vem realizando. Uma, que o governo Bolsonaro realmente não tem a menor intenção de dialogar de forma aberta e democrática a respeito das melhores práticas científicas, sanitárias e socioambientais para a maior e mais importante região de floresta tropical contínua do planeta Terra, que abriga um gigantesco contingente de povos originários e não contatados do mundo. Duas, que tudo mais para além disso é o velho mais do mesmo da agnotocracia bolsonarista e de sua biopolítica da morte, que até o momento produziu 615 mil infectados e 34 mil mortos por covid-19.

Carmen Junqueira

É professora titular do Departamento de Antropologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo desde 1979 e recebeu o título de professora emérita desta universidade em 2002. Dedicou-se à defesa dos povos indígenas e a projetos de pesquisa e cooperação com povos da Amazônia e de São Paulo. É membro do Conselho Consultivo do Centro Brasileiro de Planejamento (Cebrap) e do Instituto de Antropologia e Meio Ambiente (Iamá).

Renan Albuquerque

É professor da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Tem pós-doutorado em Antropologia pela PUC-SP (2017), com intercâmbio na Universidade Nacional da Colômbia. É Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia. Lidera o NEPAM.

São Paulo-Manaus, em 04 de junho de 2020.

Pandemias e "brancos": relatos de como sobreviver

Abro esta resenha agradecendo pelas narrativas de meus pais, Uhiaka e Nanaï, que buscaram, no fundo de suas memórias, histórias de antigamente. Meu pai é filho de branco húngaro com índia tariana e minha mãe é tariana Makuya. Pense na mistura.

Quando ainda criança, em 1957, a moradia de meu pai ficava em uma pequena vila chamada Santa Maria, em Iauaretê/AM, onde as casas eram feitas de palha. Na época já havia lá pessoas que os indígenas chamavam de "branco": eram principalmente padres europeus (fundadores da missão salesiana) e freiras vindas de outras regiões do Brasil. Na época ainda não existia o internato salesiano, e a escola local tinha apenas até o Elementar (que seria a 5ª série).

Já naquele tempo ouvia-se falar de doenças consideradas muito perigosas, que traumatizavam a todos. As mais conhecidas eram: catapora, coqueluche, sarampo, tuberculose e bexiga (esta provavelmente era a varíola, uma vez que causava bolhas grandes por todo o corpo e muita febre). De modo geral, moradores consideravam todas essas doenças como gripes que se manifestavam de diferentes formas. Entre as mais temidas dessas doenças estavam a bexiga e a tuberculose, que os moradores locais sabiam que tinham sido trazidas pelos brancos.

Infelizmente essas doenças se proliferavam de maneira rápida e mortal, por conta do modo de vida que as pessoas levavam nas aldeias ou mesmo nas comunidades, pois tinham costume de compartilhar tudo entre elas, principalmente em dias de festejo, onde era considerado até uma afronta se alguém, mesmo o "branco", se negasse a compartilhar a mesma cuia onde se oferecia a bebida ou o alimento, e assim iam se transmitindo as doenças, chegando até mesmo aos povoados mais longínquos.

Por conseguinte, aqueles indígenas que sabiam que a transmissão ocorria dessa forma fugiam para locais distantes. Ficavam a um dia inteiro de jornada, adentrando na floresta, onde faziam pequenos tapiris provisórios nas proximidades das roças. Isso ocorria sempre que era comentado no povoado que pessoas estavam por chegar na comunidade, provavelmente trazendo doenças. Podiam ser familiares que chegavam de viagem, às vezes já com certos sintomas de gripe, ou os próprios salesianos. Esse era o momento de fazer o isolamento, ou seja, fugir mesmo.

A maioria das famílias se isolava em torno de 30 dias. Isso porque no local onde acampavam tinha como continuar cuidando da roça e conseguir alimento, caçando e pescando nos igarapés. Após esse período, uma pessoa da família (geralmente o pai) ia até o povoado para se inteirar da situação, pois essa era uma forma segura de se certificar que a família poderia retornar (ou não) às atividades junto do seu povo, sem o risco de contrair esta ou aquela moléstia. Porém, a família, antes de retornar, mesmo assim fazia o "wetidarese" (benzimento de proteção), só para garantir mesmo.

Por outro lado, havia famílias que moravam em lugares distantes, como em ilhas e nas margem dos rios, como no caso de Nanaí. As narrativas sobre as doenças perigosas chegavam até as famílias por meio de pessoas que retornavam da missão salesiana, aonde tinham ido fazer trocas de produtos, como farinha, banana, peixe, tucum, moqueado, entre outros, por mantimentos como anzol, sal, sabão, espoleta, chumbo, terçado, querosene etc. Essas pessoas traziam tristes notícias de mortes e doentes. Quando esses relatos se espalhavam em tempos de festejos dos brancos (como Páscoa, festas juninas e Natal, por exemplo), onde todos nós éramos convidados, as famílias não se atreviam a participar. Além do mais, até mesmo pequenas reuniões por perto eram canceladas. Tudo para evitar contato com outras famílias. Por parte de nós já estar em condição de isolamento, não era preciso adentrar na floresta, pois estes já estavam seguros. Pode se considerar que o medo assolava a todos quando, pois, havia casos de mortes por conta do contágio.

Minha mãe narra o caso de suas duas irmãs. Uma tinha um ano e outra seis meses de vida. Elas faleceram de coqueluche na mesma data. A mais velha pela manhã; outra mais nova pela tarde. Com certeza foi um grande sofrimento para a família, principalmente para uma mãe. O contágio das duas crianças supostamente ocorreu por conta dos viajantes de outros povoados que retornavam e tinham que obrigatoriamente parar naquela ilha para pernoitar.

Nesse momento eram recebidos pelos anfitriões de maneira amistosa, tanto que o avô de minha mãe (que era Kumu) conversava com as pessoas até altas horas da noite. Ali era servido alimento e bebida. Outra forma de transmissão era por meio dos indígenas trabalhadores no seringal da Colômbia, pois ao retornarem já vinham contaminados, infelizmente.

Na atualidade, mesmo aqueles indígenas que estão em um contexto urbano, ao ficarem frente a frente com as ameaças das doenças dos "brancos", como é o caso do novo coronavírus, sentem que a forma mais concreta de proteção é ir para bem longe. Minha mãe relata que minha avó, uma idosa de 86 anos da etnia Baniwa, quando ouviu falar da chegada do coronavírus na cidade de Manaus, ficou desesperada e com medo, e lembrou de sua infância. Minha avó disse que quando os pais ouviam falar de doenças horríveis chegavam a se isolar em meio às formações rochosas (chamadas por ela de "casa de pedra"), localizadas nas imediações das roças e próximo aos igarapés. Recordando disso, teve vontade de ir embora para esses lugares, para se proteger dos acontecimentos atuais.

Esse comportamento nada mais é do que o bom e velho isolamento social colocado em prática, já naquela época, pelos indígenas. Porém, vale notar que nós não deixávamos de exercer atividades e continuávamos caçando, pescando e plantando, o que é uma coisa positiva, considerando esse contexto.

Porém, não podemos concluir sem refletir sobre a principal doença de "branco" que assola os indígenas de todas as idades e regiões do nosso Brasil: o alcoolismo.

E para essa moléstia parece não haver quarentena ou isolamento que resolva, e tampouco percebemos algum tipo de interesse, desde sempre, da parte das autoridades, em encaminhar uma solução para esta enfermidade, que é tão mortal quanto as descritas acima e que tanto assolaram e amedrontaram meus ascendentes.

Temos neste caso um agravante que dá uma dimensão ainda maior para o problema: enquanto antes os indígenas fugiam das doenças para se proteger, no caso do álcool eles correm atrás e não percebem que estão em um caminho sem volta, que pode comprometer seriamente sua saúde e até mesmo leva-los à morte.

Jonilda Hauwer Gouveia

Indígena Tariano. Mora no Parque das Tribos, em Manaus/AM.
É mestranda em Antropologia Social pelo PPGAS/UFAM. Atualmente,
integra o Núcleo de Estudos da Amazônia Indígena (NEAI).

Manaus/AM, 05 de maio de 2020.

SESSÃO TEMÁTICA

Os resumos, por sequência de publicação, estão incluídos nas subdivisões que seguem assim numeradas:

I. Relatos de Sofrimento Ético-Político

II. Desigualdades Sociais e Práticas de Enfrentamento

A reinserção social através do trabalho e o resgate da subjetividade em ex-presidiários

Resumo: As ciências humanas há muito se dedicam a estudar as relações de poder entre os indivíduos e o meio em que estão inseridos. Tais relações, que se estabelecem em diferentes agrupamentos sociais, têm sido objeto de estudo desde os primórdios das civilizações (FOUCAULT, 1975), sendo descritas como formas de controle social pelo estabelecimento de relações de poder hierárquicas. O contexto prisional é imbuído de estratégias de dominação com o objetivo de moldar os indivíduos através da governabilidade sobre as tecnologias do "Eu", de forma a massificar e subtrair a subjetividade existente fora daquele contexto específico (CASTRO, 2004). A análise realizada no presente trabalho buscou compreender como o contexto prisional influencia na subjetivação dos corpos privados de liberdade, assim como as possibilidades de resgate da subjetividade a partir de iniciativas reintegradoras, como o trabalho. Para tal, realizou-se um delineamento qualitativo com a elaboração de um roteiro para a realização de entrevistas semiestruturadas, a fim de compreender as representações que os ex-presidiários têm perante a sociedade, assim como os preconceitos que são deferidos e norteiam o estereótipo. A pesquisa foi realizada em uma cooperativa de reciclagem do Estado de São Paulo que, desde 2007, acolhe pessoas em situação de vulnerabilidade social, abrigando egressos do sistema prisional. As dimensões do sofrimento ético-político retratadas durante a pesquisa e as entrevistas se deram, principalmente, pelo apagamento social vivenciado cotidianamente por estes indivíduos, que são inviabilizados e excluídos perversamente da sociedade, assim como pelas dificuldades de autorreconhecimento e reconhecimento dos pares que integram a sociedade, conforme relatos.

Palavras-chave: Reinserção social; Trabalho; Presidiários; Subjetividade; Resgate.

Significações de professores sobre as relações que estabelecem na escola

Resumo: Baseado nos pressupostos teórico-metodológicos da Psicologia Histórico-Cultural, sobretudo os de Vigotski, o estudo objetiva investigar significações atribuídas por professores às relações que empreendem na e com a escola, bem como o impacto das mesmas em suas ações educativas. Visto a centralidade das significações no processo de constituição e desenvolvimento do sujeito, consideramos que compreender significações presentes nas interações dos professores e refletir sobre as mesmas promove novas significações e possibilidades de relacionamento que superem conflitos subjacentes à vida escolar. Tal investigação não pretende a universalização da compreensão, e sim uma ênfase nas condições materiais de existência da escola pública, com problemáticas e potencialidade particulares. A pesquisa em curso caracteriza-se como de natureza qualitativa e suas informações serão construídas a partir da realização de oito entrevistas semiestruturadas com professores: do sétimo (2) e do nono (2) anos do Ensino Fundamental II e do primeiro (2) e do terceiro (2) anos do Ensino Médio, de uma escola pública estadual do interior do Estado São Paulo. Como resultados parciais, a partir de levantamento bibliográfico, notamos que as relações escolares tendem a ser investigadas, majoritariamente, ou pela perspectiva de um ou outro sujeito escolar, ou pelo viés de uma temática específica. Trabalhamos com a hipótese de que tal cenário de fragmentação nas pesquisas pode comprometer a apreensão da totalidade das relações escolares, na medida em que propõe uma investigação parcial das mesmas. Daí a relevância de se investigar o conjunto de interações empreendidas pelo professor na escola pública.

Palavras-chave: Significações; Professores; Relações; Escola pública.

